

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

TURISMO, MEMÓRIAS E DISPUTA EM AREIA/PB: O CASO DO CASARÃO JOSÉ RUFINO

Denise Kamada, Patrícia Ramiro

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6928>

Submetido em: 2023-09-18

Postado em: 2023-09-25 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

TURISMO, MEMÓRIAS E DISPUTA EM AREIA/PB: O CASO DO CASARÃO JOSÉ RUFINO

DENISE M. KAMADA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8733-246X>

denise.kamada@yahoo.com.br

**Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba (PB),
Brasil**

PATRÍCIA A. RAMIRO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6917-6106>

patriciaalvesramiro@gmail.com

**Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba (PB),
Brasil**

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a construção e seleção do Casarão Solar José Rufino como espaço oficial dedicado à memória de Areia, cidade localizada no brejo da Paraíba. O município teve um passado bastante ligado aos latifúndios de cana-de-açúcar, matéria prima da usina Santa Maria que funcionou de 1931 a 1992 na região, quando foi decretada sua falência. A partir daquele momento de crise da agroindústria, Areia vivencia um momento de transformações que impulsionam projetos de reconversão não lineares, dentre os quais, a inserção de alguns atores sociais em atividades vinculadas ao desenvolvimento do turismo como uma alternativa para manutenção ou melhoria da posição social ocupada até aquele momento. Neste contexto, surgem iniciativas voltadas à valorização simbólica do rural com propostas de resgate de uma certa visão de patrimônio cultural e fomento à locais de preservação da memória, como é o caso do Casarão, alvo desta pesquisa. Como recurso metodológico utilizamos a pesquisa de campo, durante a qual o método etnográfico teve um papel importante por possibilitar a observação participante e a realização de entrevistas. Procuramos demonstrar como este local é um espaço construído por parte da elite agrária local, dando destaque aos discursos e modos de exibição ao público visitante no contexto turístico de um passado de riqueza e luxo, mas que colocam em evidência os processos de disputas e negociações que perpassam este processo de valorização material e simbólica.

Palavras-chave: patrimônio, memória, turismo, elite, reconversões sociais.

TOURISM, MEMORIES AND DISPUTE IN AREIA/PB: THE CASE OF CASARÃO JOSÉ RUFINO

Abstract: This work aims to analyze the construction and selection of Casarão Solar José Rufino as an official space dedicated to the memory of Areia, a city located in the marshland of Paraíba. The city had a past closely linked to sugarcane plantations, raw material from the Santa Maria plant that operated from 1931 to 1992 in the region, when its bankruptcy was declared. From that

moment of crisis in the agroindustry, Areia experiences a moment of transformations that drive non-linear reconversion projects, among which, the insertion of some social actors in activities linked to the development of tourism as an alternative for maintaining or improving their social position occupied until that moment. In this context, initiatives aimed at the symbolic valorization of rural areas emerge with proposals to rescue a certain vision of cultural heritage and promote places for the preservation of memory, as is the case of Casarão, the target of this research. As methodological resource, we used field research, during which the ethnographic method played an important role by enabling participant observation and interviews. We seek to demonstrate how this place is a space built by the local agrarian elite, highlighting the speeches and ways of showing the visiting public in the tourist context of a past of wealth and luxury, but which highlight the processes of disputes and negotiations that permeate this process of material and symbolic valorization.

Keywords: heritage, memory, tourism, elite, social reconversions.

1. INTRODUÇÃO

No dia 23 de janeiro do ano corrente, fomos surpreendidas com a notícia de que uma obra não autorizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) da Paraíba havia sido embargada por estar “destruindo sem autorização um piso de mais de 200 anos de história”¹. Tratava-se de um prédio construído no período colonial, em 1818, tombado pelo IPHAN e que servia, há alguns anos, como espaço de visita turística no município de Areia, na região do brejo paraibano, no Nordeste do Brasil. Denominado de Casarão José Rufino, em homenagem a seu último proprietário, o espaço possuía oito senzalas com tijoleiras originais, tidos como os únicos exemplares de escravidão urbana no país, cujos pisos estavam sendo retirados sem a devida cautela pela gestão atual da prefeitura municipal de Areia². A divulgação da notícia trouxe para o debate público um tema ao qual nos dedicávamos já há algum tempo como parte das questões de nosso grupo de pesquisa³, em especial, sobre o processo de valorização simbólica do município e as lutas sociais em jogo para delimitação do que é

¹ Matéria publicada em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/01/23/iphan-embarga-obra-que-estava-destruindo-tijolos-de-1818-de-casarao-tombado-na-paraiba.ghtml>

² Segundo a matéria, três pisos das senzalas já haviam sido destruídos na reforma.

³ Grupo de Pesquisa CNPq “Identidade e Memórias das classes populares rurais e urbanas”.

patrimônio material e imaterial, bem como, o acesso às políticas de incentivo ao desenvolvimento do turismo.

Em Areia, o desenvolvimento da cidade esteve fortemente moldado pelas atividades agrícolas que se desenvolviam no local (Moura, 2008). Localizada no Estado da Paraíba, no Nordeste brasileiro, a microrregião do Brejo encontra-se na região agreste, na parte oriental do Planalto da Borborema, cuja posição geográfica apresenta clima úmido com índice pluviométrico mais elevado que nas outras regiões do estado. Tais fatores favoreceram diversos cultivos, como o algodão, café, agave e cana de açúcar (Almeida, 1980). Local de passagem entre o sertão e a zona da mata paraibana, Areia foi um importante centro econômico, político e cultural do estado da Paraíba. Terra de muitos engenhos, Areia é terra natal de herdeiros de engenhos que se tornaram políticos, artistas e escritores de renome nacional, como José Américo de Almeida e Pedro Américo. Foi lá, por exemplo, através da influência de José Américo, que foi inaugurado o primeiro curso superior de Agronomia do estado, que depois se tornaria a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o primeiro teatro público da Paraíba.

Em meados do século XX, instala-se em Areia, em 1931, a sede da usina Santa Maria, sob propriedade da família de antigo produtor de café que havia perdido a lavoura para praga em 1929. Ainda que do ponto de vista relacional, a usina tenha tido pouca importância econômica regional e nacional, foi central para organização social da vida da maioria da população local. Vendida para outro proprietário em 1952 será, nos anos 1970 e 1980, que terá uma expansão significativa de sua produção e expansão fundiária devido aos altos subsídios e créditos das políticas de incentivo ao setor, como o Proalcóol e o Planalsucar (Soffiati, 2022). Foi nesse período de expansão custeada pelo Estado que o antropólogo do Museu Nacional, Afrânio Garcia Jr., visitava a região para sua tese de doutorado, deixando-nos material de inestimável importância para compreensão do que ele denominou de “declínio da dominação personalizada” dos senhores de engenho do brejo paraibano (Garcia Jr., 1989). Iniciado décadas antes, entre outros fatores, as novas possibilidades de oferta de emprego incentivando migrações para o sudeste, de forma definitiva ou mesmo, como demonstra o autor, como forma de

manutenção da situação camponesa no retorno à Paraíba (Garcia Jr., *ibidem*; Ramiro; Garcia Jr. , 2017), no final dos anos 1970, os incentivos ao plantio e à aquisição de mais terras, fará com a que situação dos trabalhadores sofra com a intensificação da exploração de sua força de trabalho e com o descumprimento do direito ao roçado, pequenas lavouras de subsistência autorizadas pela condição de morada, parte fundamental da relação moral estabelecida entre proprietários de terras e trabalhadores nas *plantations* nordestinas (Palmeira, 2009).

Todavia, ainda que a expropriação dos moradores tenha se intensificado e, em consequência disso, a busca por direitos também tenha chegado ao setor canavieiro na região (Sigaud, 1979), quando a usina tem sua falência decretada, estima-se que 800 famílias ainda vivessem em suas propriedades. Mesmo os proprietários de engenhos que dependiam da usina para comercialização da cana-de-açúcar plantada, viram-se em momento de abrupta transformação que exigia, a todos os segmentos, estratégias de reconversão para adaptação à nova realidade. Enquanto as terras da usina forma desapropriadas e deram lugar à dez assentamentos de reforma agrária (Ramiro, 2019), diferentes atores voltaram-se para o trabalho de construção de discurso voltado para valorização simbólica do espaço rural, outrora dominado pelo usineiro, em busca do desenvolvimento do turismo (Ramiro; Parpet, 2019). A promoção do turismo no município tem forte relação com o passado canavieiro da região. Um dos principais movimento de impulsion à divulgação e atração de turistas ao local, iniciado logo após a falência da usina, é o processo, em construção, de valorização simbólica da cachaça de alambique que agrupa herdeiros de engenhos com passagem pela vida urbana e com formação universitária em áreas estratégicas para o setor. Seguindo regras do campo consolidadas em outros estados brasileiros, como Minas Gerais e Rio de Janeiro, tais produtores tentam desvincular a bebida de seu passado escravocrata e de bebida das camadas inferiores, para uma bebida “distinta”, consumida (com moderação) pelas classes mais abastadas (Garcia Parpet; Ramiro, 2018). Alguns dos produtores atuais de cachaça, são também proprietários de empreendimentos vinculados ao turismo, como hotéis, pousadas e restaurantes construídos nas proximidades do empreendimento.

Muito bem organizados em associações de produtores da cachaça e de turismo rural empenham-se, com bastante sucesso, em fazer da cidade local de atração.

O foco deste artigo é a construção e seleção de dispositivos culturais para fins turísticos selecionados como elementos de memória coletiva, e que, portanto, colocam em evidência processos de disputas e negociações que o perpassam, através do estudo de caso do Casarão Solar José Rufino. Após empenho dos proprietários de engenhos no setor cachaceiro, em 2006, Areia recebeu o título de Patrimônio Nacional pelo IPHAN, através de um movimento centrada na Associação Amigos de Areia (AMAR), (Iphan, 2010). Em seguida, notamos que houve um trabalho de fomento aos museus, quando alguns espaços foram eleitos como equipamentos culturais, dentre eles, o Casarão Solar José Rufino, tido como o primeiro sobrado do município. Construído em 1818, por um português chamado Francisco Jorge Torres, foi restaurado, na década de 1970, pelo areense José Rufino de Almeida. Ambos eram membros da elite local agrária, com forte capital econômico e político. Localizado no centro histórico de Areia é um dos principais pontos de valorização cultural, sendo explorado como ponto turístico, além de abrigar a sede do IPHAN no município.

O trabalho utiliza como recurso metodológico a pesquisa de campo, durante a qual o método etnográfico teve um papel importante por possibilitar a observação participante, indispensável para conhecer o espaço onde se desenvolve a pesquisa e a maneira que ele é apresentado em um contexto de visita turística. A pesquisa de campo também possibilitou a realização de entrevistas semiestruturadas com funcionários e guias turísticos do Casarão, funcionários do IPHAN. Além disso, a investigação é feita por meio de pesquisa bibliográfica e de documentos históricos para entender os apelos históricos e culturais que se relacionam com o espaço e servem de justificativa para eleição deste como um espaço de preservação da memória.

2. O CASARÃO JOSÉ RUFINO

No século XVII, a cidade Areia, então conhecida como Sertão de Bruxaxa, era uma rota de comércio entre o interior e litoral da Paraíba, sendo ponto de passagem de boiadeiros que vinham dos sertões em direção a Mamanguape e João Pessoa. No local, havia um pequeno rio com bancos de areia, conhecido como Brejo d'Areia e neste ponto foi firmada uma pequena hospedaria para aqueles que atravessavam a capitania (Almeida, 1980). Neste momento, as primeiras moradias começaram a serem edificadas, sendo descritas pelo historiador areiense, Horário de Almeida, como (1980, p. 5) como “mocambos de sapé ou palha de pindoba, como de resto as construções de seu tempo nos lugares êrmos, onde a civilização rompia as selvas na conquista do Brasil”. Neste momento, como aponta Moraes (2008), a ocupação do território foi direcionada por atividades comerciais, onde as rotas de passagem criaram condições para urbanidade e fixação dos comerciantes. Em 29 de junho de 1813, foi instituída no lugarejo, por provisão Régia, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Brejo de Areia. Em 1815, o território foi desvinculado da Vila Real de Monte-Mor⁴, sendo elevada à Vila Real do Brejo de Areia, por força de Alvará Régio (Almeida, 1980; Moraes, 2008). Foi a oitava vila que se criou na Paraíba e fazia parte de seu território as povoações de Alagoa Grande, Bananeiras, Guarabira, Pilões, Cuité e Pedra Lavrada (Almeida, *ibidem*). Mais tarde, em 1846, a Vila de Areia passou a ser o município de Areia.

⁴ Atualmente, o município de Mamanguape/PB

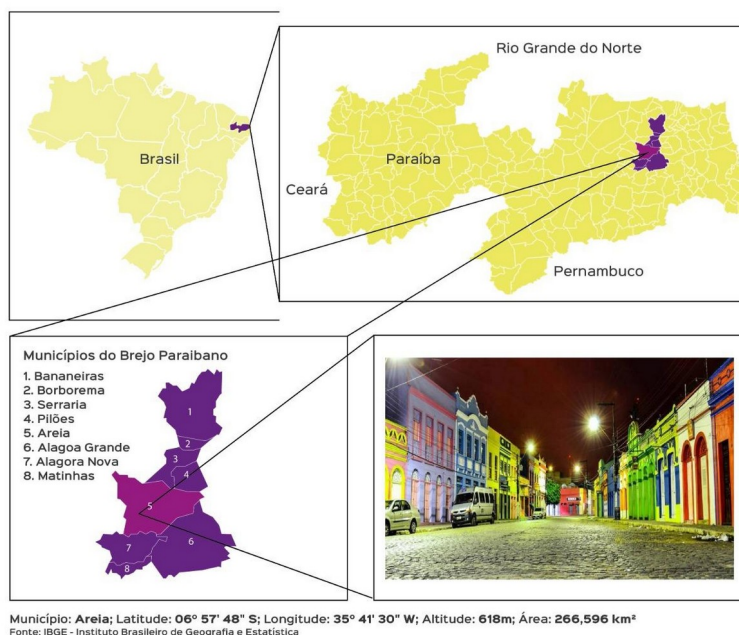


Figura 1: Mapa do município de Areia. Fonte: Oliveira, 2021

Até o início do século de XIX, a edificação mais importante do local era a capela, uma construção com telhado de palha, dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Sobre a início da povoação de Areia, conta Horário de Almeida (1980, p. 18-19).

O povoado já possuía sua capela no local onde hoje se ergue a matriz com a mesma invocação de N. S. da Conceição. Essa capela, construída em terreno doado por Bartolomeu da Costa Pereira, existia antes de 1800. Do ponto de vista arquitetônico, era apenas um casarão de palha, atravessado no meio da rua. Próximo, havia uma pequena lagoa e por causa desse acidente geográfico a rua principal entrou a alargar em forma de V, na direção da igreja. Teria sido por iniciativa do vigário de Mamanguape que a capela passou pela primeira reforma, cobrindo-se de telha -mais ou menos em 1808. Todavia, um estudioso da história já respingou, na devassa do assunto, que a povoação de Areia possuía apenas 4 ou 5 casas em 1807, mas no ano seguinte já se apresentava em grande progresso.

Como observa Moraes, (2008), a economia da região do brejo paraibano sempre esteve regulada pelas culturas agrárias, embora no século XIX o comércio tenha tido bastante destaque. De todo modo, desde início da ocupação do território, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das lavouras e do processo de beneficiamento dos produtos tiveram uma forte relação com o desenvolvimento urbano de Areia. O primeiro casarão do município foi

construído em 1818, por ordem de Francisco Jorge Torres, um português apelidado de “Marinheiro Jorge”. Nativo da região de Cerca, uma vila da freguesia de São Pedro da Cadeira, em Torres Vedras, nasceu em 1770 e era filho de almocreve, uma espécie de transportador de mercadorias, ofício tradicional em Portugal naquele período (Iphan, 2023). Quando emigrou de Portugal, instalou-se primeiramente em Pernambuco e depois fixou residência em Areia, onde tornou-se um importante comerciante. Estabeleceu-se no povoado com casa de negócio e bolandeira de descaroçar algodão⁵, num período que Areia, antes da economia açucareira, tinha o cultivo de algodão como principal atividade econômica.

Embora a cana-de-açúcar tenha sido a razão da exploração inicial da Paraíba, foi a atividade algodoeira, em expansão desde o final do século XVIII, que despontou como principal atividade econômica de Areia, tornando-a um expressivo foco de desenvolvimento (ANDRADE, 1997, pp.28-29; MARIZ, 1978, p.26). As demandas das nascentes fábricas inglesas, incapacitadas de serem atendidas devido à independência dos Estados Unidos, tornaram o Brasil o grande exportador do produto. Na década de 1820 era o algodão o produto de maior lucro no mercado externo e no Brejo de Areia se realizavam a produção e o beneficiamento do produto, devido à existência de diversas bolandeiras de descaroçamento (MORAES, 2008, p. 34-35).

A história de Francisco Jorge Torres também foi mencionada por Horário de Almeida (1980, p. 29), em sua primeira historiografia, bastante “encantada” pelos fazeres das elites, do município:

O português Jorge Torres havia chegado a Areia ao despontar do século, ainda bem moço, com algumas economias que amealhara no Recife. Estabeleceu-se no povoado com casa de negócio e bolandeira de descaroçar algodão, ao mesmo tempo que se alargava na agricultura e na criação de gado. Construiu o primeiro sobrado da vila, muitas casas de morada, armazém e instalações de beneficiamento de algodão, assim como fundou a propriedade Macaíba, com água canalizada para a casa grande e engenho, os sítios do Pirunga e do Bonito, além da propriedade Rapador, em Alagoa Grande. Uma rua inteira levantou no povoado, em cujo centro fica o Beco do Jorge, que ainda hoje lhe guarda o nome. O sobrado onde morava, nas proximidades do Beco do Jorge, só de quartos contava 33, sem falar nas outras peças que eram muitas. Sua obra mais caprichada foi, sem dúvida, a fazenda Tanques do Jorge, a poucas léguas do povoado, nos limites do agreste com o Curimataú. Ali realizou trabalhos notáveis em cantaria, casa, curral, curtume, fornos de cal, tanques, cercados e até uma barragem com bebedouro para o gado, tudo em obra de alvenaria tão sólida que nem a ação do tempo foi capaz de destruir.

Além do cultivo e beneficiamento do algodão, Francisco Jorge Torres mantinha atividades na agricultura e na criação de gado. Era proprietário do

⁵ Bolandeira era uma máquina rústica que fazia a separação da pluma do algodão do caroço.

engenho Macaíba, dos sítios do Pirunga, onde cultivava café, do sítio Bonito e da propriedade Rapador, em Alagoa Grande (Almeida, 1980; Moraes, 2008), além de ser proprietário da Fazenda Tanques. Nessas terras, o proprietário submetia numerosa mão de obra em regime de escravidão, empregada em áreas agrícolas e pastoris, tanto em suas terras do brejo como no agreste. Na fazenda Tanques, ainda atualmente se mantém estrutura para trabalhadores escravizados, incluindo uma ruína de pedra no local, conhecida como “maternidade das negras” (Iphan, 2023).



Figura 2: Ruína da "Maternidade de escravos", na antiga Fazenda Tanques. Fonte: Paraíba Criativa, 2023



Figura 3: Ruína da "Maternidade de escravos", na antiga Fazenda Tanques. Fonte: Paraíba Criativa, 2023

O casarão foi construído para ser local de moradia e estabelecimento comercial. Divide-se em 35 ambientes e possui em seu interior, mirantes em

formato de sesteiras, que tinham por finalidade prover iluminação e ventilação, mas também, eram utilizados como pontos de observação e defesa. O piso do pavimento inferior foi confeccionado com tijolaria, enquanto do primeiro andar, é assoalhado. O acesso ao sótão se dá por uma escada de madeira na parte interna, ou então, por uma escadaria de pedra, que fica no quintal. Na parte posterior do solar, em direção ao quintal, existem dependências da antiga senzala, apresentada como uma senzala formada por oito cubículos individuais, quatro no andar inferior e quatro no segundo piso.



Figura 4: Casarão Solar José Rufino. Fonte: as autoras, 2022



Figura 5: Interior do Casarão Solar José Rufino. Fonte: as autoras, 2022

Francisco Jorge Torres, além de ser membro da burguesia local, tinha também influência política, sendo um dos nomes cotados para o posto de capitão-mór do município. Era um cargo estratégico, pois, em alguns casos, podia-se atuar como governador, sendo a autoridade máxima daquele local. Mas apesar da sua reputação social, o governador da capitania considerou que sua indicação inadequada, por “faltavam os requisitos de linhagem e melhores conhecimentos em letras, embora reconhecesse nele as qualidades de branco, possuidor de grandes recursos e de haver contribuído com valiosos donativos para a instalação da vila” (Almeida, 1980, p. 22). Como o descreveu Horário de Almeida (p. 26, 1980), “Jorge Torres era a maior fortuna de Areia e, conquanto se possa afirmar tenha deixado dinheiro enterrado no sobrado”. Além do casarão, construiu obras para o desenvolvimento da Vila, tendo

levantado uma rua inteira no povoado, em cujo centro fica o Beco do Jorge, local que ainda hoje lhe faz referência. A importância da sua figura no desenvolvimento urbano é descrita pelo IPHAN (2023 p.5-6).

De modo preliminar, a análise dos documentos e do processo de imigração do Francisco Jorge Torres e sua família no final do século XVIII e início do XIX relacionam-se com a fundação de Vila do Brejo de Areia, no interior além da costa brasileira, não somente no âmbito político mas principalmente, com foco na transição da cultura produzida pelas classes populares, a exemplo do carpinteiro e operário português que ao estabelecer-se na localidade atuou em diversas construções e edificações para elevá-la ao posto de vila, e conseqüentemente, difundiu técnicas construtivas portuguesas que caracterizam a sua arquitetura. Fica evidente, que classes subalternas, como camponeses e artesãos imigravam para o Brasil, e no caso do Francisco Jorge, mesmo tornando-se rico empreendedor de algodão, gado e escravista, não podia ser considerado nobre e apto a ocupar cargos administrativos. O estudo do processo de evolução urbana da cidade de Areia desenvolvido por Moraes (2008) aponta que o primeiro sítio de ocupação correspondia a localidade da Jussara, porém, entre 1801-1850 houve a criação da vila com seu traçado definido no eixo leste-oeste na cota mais alta da montanha. Há indícios que a presença do carpinteiro Francisco Jorge e suas aspirações ao cargo de capitão-mor influenciaram de alguma forma a definição urbana de implantação da vila porque o centro ou grande praça onde localizam-se a igreja, a casa de câmara e cadeia e as representações administrativas estão nas imediações das suas propriedades "Macaíba, dos sítios do Pirunga e do Bonito" (atual vale ao sul e área do Colégio Santa Rita em direção ao campus da UFPB), além do seu sobrado de morada estar implantado em situação privilegiada neste largo. Outro fator importante a considerar, é que as datações de ocupação urbana da vila entre 1801-1850 correspondem ao mesmo período de vida do Marinheiro Jorge em Areia.

Francisco Jorge Torres voltou à Portugal para se casar com a noiva que deixou no país, mas ela recusou o casamento, temendo a viagem e o oceano. Francisco, então, casou-se com a irmã da pretendente, Maria Franca Torres, com quem voltou ao Brasil, acompanhado de um sobrinho. Faleceu em 1850, deixando cinco filhos (Iphan, 2023).

3. JOSÉ RUFINO

Depois da sua morte, o casarão foi herdado pela filha do casal, Maria Franca Torres, que carregava o mesmo nome da mãe e seu marido, Santos da Costa Godim (Iphan, 2023). Em seguida, passou a ser propriedade da neta de Francisco Jorge, Adelaide Joconda da Costa Godim, conhecida como "Iaiá", que junto com o marido, Rufino Augusto de Almeida, que o habitaram entre 1895 e 1907 (Almeida, 1992). Ambos pertenciam às famílias tradicionais de Areia. A família de Rufino de Augusto era proprietária do engenho da Várzea, que o administrava junto com o seu irmão, Antônio Carlos de Almeida. Este

engenho foi construído em 1870 na antiga propriedade rural da Várzea (Almeida, 1995), permanecendo na posse da família Rufino até 1922, quando foi vendido. Em 1933, a propriedade passou a ser administrada pelo governo estadual, para se tornar a primeira Escola de Agronomia do Nordeste. Atualmente, o espaço é o campus II UFPB, e desde a década de 70, quando a casa grande sofreu uma reforma, o local abriga o Museu da Rapadura do Centro de Ciências Agrárias.

Em 1895, o casal entrega a administração do engenho da Várzea ao irmão-sócio de Rufino, para fixar residência na porção urbana, com o objetivo de desenvolver atividades comerciais, onde “Rufino Augusto instalou uma venda numa das dependências anteriores do casarão, onde passou a comercializar secos e molhados, tecidos, miudezas e toda sorte de bugigangas, como era próprio da época” (Almeida, 1995, p.27). No mesmo ano em que a família deixou o engenho da Várzea e se fixou no casarão, nasceu o quarto filho do casal, José Rufino de Almeida Apesar de ter nascido no Engenho, toda a infância de José Rufino se passou no casarão, até 1907, quando a família retorna ao engenho da Várzea. Seus irmãos eram a primogênita Maria Eugênia e Elpídio, Pedro e Manoel Rufino e Horário de Almeida, que se tornou um importante intelectual e historiador paraibano, - tendo escrito a primeira historiografia do município. Ao se mudarem para o casarão, o pai da família, Rufino Augusto instala um comércio na parte fronteira do sobrado.

Segundo relatos do historiador, o local passou a ser um ponto de encontro, onde os amigos do velho Rufino se reuniam para discutir política, história e literatura. A venda de Rufino de Almeida, no antigo sobrado do velho Jorge Torres, era dos pontos preferidos para o cavaco. Ali se reuniam, à tarde, na forma do costume, o juiz de direito da comarca, o professor público,, o tabelião, o, republicano. (Almeida, 1980)

No entanto, dada a sociabilidade e inaptidão para os negócios, “quando o velho Rufino cuidou de si estava quebrado. Liquidou às pressas o negócio, pagou as dívidas e foi dar com os costados no engenho da Várzea, de onde sairá, com o pecúlio de que dispunha” (Almeida, 1980, p. 177), sendo o imóvel

adquirido por Leopoldina Chianca que continuou a utilizar o espaço e como estabelecimento comercial, abrindo um armazém e loja de tecidos chamado “A confiança” (Iphan, 2023). Após a morte de Leopoldina Chianca, o imóvel foi passando sucessivamente para as mãos de seus próprios familiares, tendo ficado em posse da família por 61 anos. No entanto, a condição do solar foi se degradando, conforme explica o guia turístico do casarão, até ser arrematado em um leilão por José Rufino, bisneto de Francisco Jorge, voltando a fazer parte do patrimônio da família que o havia construído no século XIX :

Em 1971 esse prédio estava em ruínas, já não pertencia mais a família do marinho Jorge, pertencia a uma família chamada Chianca. Existiam débitos e tal, não sei por como a razão desse prédio estar hasta pública. Que tinha adquirido? Chianca. Então esse prédio já estava em hasta pública, já existia pessoas visitando o prédio pra adquirir o prédio, demolir e construir um prédio moderno aqui no centro da cidade e tal. O Zé Rufino era bisneto, Zé Rufino é aquele ali, esse daqui pra lá o 3º, certo? O Zé Rufino era bisneto dele, do marinho Jorge, e já havia morado aqui quando era criança, porque a mãe dele era herdeira e ele morou aqui. Era um senhor de engenho próspero, sujeito visionário, muito ligado à cultura, muito ligado à intelectualidade, primo de José Américo de Almeida, tinha uma característica desses Almeidas. Então ele com o dinheiro dele, se antecipou e comprou o prédio em 1971 e de 1971 a 1976 ele reformou o prédio (guia turístico do Casarão, 2023).

José Rufino casou-se com a prima legítima Adelaide Castor Gondim, filha de Sinfrônio da Costa Gondim e Isabel Castor Araújo, em janeiro de 1928, com quem teve sete filhos, além de outras quatro de uma união extraconjugal. Depois que seu pai vendeu o engenho da Várzea, em 1922, José Rufino se aventurou em alguns negócios, mas em 1926, arrendou o Engenho Novo, do seu futuro sogro Sinfrônio (Almeida, 1992). Dois anos após, arrendou o engenho Vaca Brava, que também pertencia ao sogro e após a sua morte, comprou a parte das viúvas e demais herdeiros. Nestas terras, aumentou a propriedade com a anexação das terras do engenho vizinho, Pau Ferro. Na década de 1950, já era proprietário do Engenho Vitória e das fazendas Jenipapo, ambas em Alagoa Nova e Riacho Cruz, em Barra de Santa Rosa. Na década de 1970, vendeu as propriedades de Jenipapo e Vitória (Almeida, 1992). Como senhor de engenho de cana de açúcar e produtor de rapadura e cachaça, José Rufino se tornou um dos maiores produtores de Areia, como aponta Horário de Almeida (1980, p. 162):

Onde foi engenho de rapadura ou fazenda de café não se fazia outra plantação. Os maiores produtores de Areia eram Germano de Freitas, José Rufino, João

Barreto, Nilo Moreira, Bento Jardelino, Francisco Gondim, José Leal, Sebastião Maia, Severino Teixeira e muitos outros entre grandes e pequenos. À lavra de José Rufino orçava por um milhão de pés, não sendo poucos os que trabalhavam para ultrapassá-lo no volume da plantação. As terras se valorizavam de ano para ano, por modo a anular as previsões mais otimistas. Propriedades que antes eram oferecidas a 50 contos de réis e não encontravam comprador, tinham agora cotação acima de dois milhões de cruzeiros. O Banco do Brasil montou uma agência em Areia, logo classificada entre as melhores do interior.

Em 1971, José Rufino retoma o casarão construído por seu bisavô. Na ocasião, ele estava com 76 anos e inicia uma reforma, assessorado por seu filho Antônio Augusto Almeida, que era engenheiro. Na reforma, que durou cinco anos, o novo proprietário procurou manter as características originais do prédio, mas uma mudança significativa foi empreendida na fachada, substituindo as portas de entrada por uma única e janelas, com o objetivo de que o Solar não fosse mais caracterizado como um estabelecimento comercial, mas tivesse feições de uma casa residencial, embora José Rufino nunca a tenha usado como moradia.



Figura 6: José Rufino e o Casarão. Fonte: Almeida (1992)

A reinauguração aconteceu em dezembro de 1975, com uma grande festa de casamento da neta de José Rufino, Tânia Maria com Marcelo Kater. Na ocasião, estavam presentes irmãos Horário e Maria Eugênia, o primo José Américo. Nos anos seguintes, o casarão passou a ter uma vida ativa, com visitas durante os Festivais de Arte e Cultura de Areia, chegando a hospedar Jorge Amado e José Américo de Almeida, em 1978, durante o III

Festival de Artes de Areia (Tribunal de Justiça da Paraíba, 2007). Por ter salvo o casarão da degradação, atualmente o imóvel é denominado Casarão Solar José Rufino, como conta apresenta o guia:

Ele fez a reforma do prédio, recupera o prédio. E nessa reforma, ele é assessorado por um filho que é engenheiro, ligado a essas construções antigas, fez várias viagens à Olinda, à Minas Gerais. De maneira que, ele não descaracterizou a construção inicial, procurou preservar a arquitetura do século, do início do século XIX. Então hoje muito justamente esse casarão homenageia José Rufino, Casarão Solar José Rufino, em homenagem ao bisneto que recuperou o prédio. Então a homenagem não é feita ao bisavô que é o construtor do prédio, mas ao bisneto que reconstruiu, e é muito justo, porque se não fosse José Rufino a gente não teria esse prédio, certo? Então José Rufino fez com o dinheiro dele o que o governo costuma fazer com o erário, graças a isso nós temos esse prédio (guia turístico do Casarão, entrevistado em 2022).

Após a morte de José Rufino, em 1979, apenas quatro anos após ser concluída a reforma, a casa foi transferida para suas filhas e segunda esposa. Na década de 1990, venderam o imóvel ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, o qual promoveu intervenção adequando-o a sua nova finalidade institucional de Fórum da Comarca de Areia. De acordo com documento do Tribunal de Justiça da Paraíba (2007), durante toda a década de 1980, o imóvel sofreu um intenso processo de degradação, motivo pelo qual, depois da aquisição da propriedade pelo TJ-PB, foi necessária uma reforma, realizada entre 1995 e 1997, adaptando as instalações. Neste processo, algumas características originais foram perdidas, com a abertura de vãos para ampliação dos espaços, fechamento de portas e janelas, substituição de pisos, entre outras. No início dos anos 2000, no entanto, o Foro da Comarca de Areia é transferido para um prédio novo. Foi no ano do tombamento do município que foi realizado encontro entre o diretor de proteção e fiscalização do IPHAN, dirigentes técnicos da Superintendência Regional e autoridades e servidores do Poder Judiciário do Estado, a juíza local, a diretora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) e secretários municipais e coordenadores da prefeitura, junto com representantes da sociedade civil. Neste momento:

A partir dos entendimentos mantidos durante essa reunião, entre os representantes do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através da 20ª Superintendência Regional e da Prefeitura Municipal de Areia, foi firmado o termo de contrato de nº 85/2006 para a cessão de uso, em caráter de cooperação tripartite, objetivando uma ocupação para uso comum dos cooperados com atividades

culturais e turísticas no antigo sobrado também conhecido como José Rufino- o que ora se efetiva com sua reabertura para a cidade em 17 de março de 2007, após as obras de recuperação já realizadas sob a orientação técnica e com recursos do IPHAN (Tribunal de Justiça da Paraíba, 2007, p. 26).

Mas a questão que nos colocamos é: a quem interessa tal tombamento? Quais atores sociais se mobilizaram para que isso ocorresse? Com quais recursos financeiros é realizada essa valorização material e simbólica do casarão José Rufino? Qual versão da história do município é valorizada no contexto de visitação empreendido atualmente no local?

4. TURISMO, MUSEU & DISPUTA

Em 2002, o Brejo Paraibano passou a integrar o Programa de Regionalização do Turismo (PRP), momento em que membros da sociedade civil passaram a atuar na definição de algumas políticas locais voltadas ao turismo, sendo os principais envolvidos os proprietários de engenhos fabricantes de cachaça (Ramiro; Parpet, 2019). Este movimento resulta na promoção de roteiros turísticos, como o “Caminho dos Engenhos” e o “Caminhos do Frio”, fruto de uma parceria que reuniu setores públicos e privados, como PBTur, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Apetur (Associação Paraibana de Turismo Rural), prefeitura e empresários locais. Concomitante com o movimento de valorização da cachaça artesanal, verifica-se que algumas ações de resgate patrimonial, que consolida o turismo por meio de fomento a locais de preservação da memória, como os museus. Em 1979, o centro histórico de Areia havia sido tombado como patrimônio no nível estadual, por meio do Decreto número 812 de 04/12/1979, concedido do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). Mas em 2005, a cidade conquistou o reconhecimento oficial como patrimônio nacional, junto ao IPHAN, antes mesmo da capital do estado, João Pessoa, que recebeu a titulação apenas em 2009.

Tal reconhecimento foi fruto de uma instituição local, a Associação dos Amigos de Areia (AMAR), uma fundação civil, criada em 2002, com o intuito de fomentar a conservação do patrimônio histórico, cultural e artístico do

município de Areia (AMAR, 2001). Segundo seu estatuto, o objetivo principal da AMAR era o reconhecimento de Areia como patrimônio nacional. No momento da sua criação até a homologação do título pelo IPHAN, a instituição era presidida por um empresário areense, proprietário de uma empresa no ramo da construção civil e restauração de imóveis. Foi a partir do tombamento, que outras iniciativas de resgate e proteção de patrimônios culturais começaram a ser empreendidas. Dentre elas, está a inserção do Casarão José Rufino como espaço de preservação da memória areense e como dispositivo cultural do município. De acordo com Pierre Nora (1993, p.8), na contemporaneidade, elegemos símbolos dedicados à preservação da memória porque “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”. De acordo com o autor:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento participar da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema em sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (Nora, 1993, p. 7).

Ainda, diz Nora (1993, p. 9), que a memória é “emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwaches o fez que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”; enquanto a história “pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal”. Enquanto Halbwachs (2013) coloca em evidência os diversos pontos de referência que formam nossa memória e a incorporam na memória coletiva, Pollack (1989) interpreta a memória social como um campo de permanentes disputas que incidem diretamente sobre a dinâmica entre a lembrança e o esquecimento. No caso de Areia, um local que se engajou no processo de patrimonialização do conjunto urbano, uma moradora local que se engajou no processo de tombamento, relata que finalizado este processo de , houve um trabalho de incentivo aos museus, que incluiu ações de educação patrimonial, com o intuito de criar um sentimento de pertencimento na população. Em suas palavras:

Mas foi a partir do tombamento que foram criados os pontos de cultura no Brasil que foi nessa época de Lula e foi muito incentivo à cultura. E o nosso tinha como foco os museus. Era o Ponto de Cultura Viva o Museu. E o que a

gente foi fazer? Primeiro, o que fazer para que as pessoas começassem a criar o sentimento de pertencimento. A gente fez uma gincana Eu não sei como é hoje? Na época era o Monumenta do Ministério da cultura. Então na época a gente fez uma gincana, durante praticamente 6 meses, com 22 escolas. E eu fui chamada pra trabalhar e eu não sabia nada, nem tinha feito curso na parte de cultura. Eu dizia: o que eu to fazendo aqui? Eu e a minha amiga, lá no Casarão. Aí quando Lúcia chegou..Segunda, terça e quarta eu dava aulas nos projetos de lá. Hoje eu dou no integral. Quinta e sexta já não tinha aula, porque Lúcia chegava e quinta, sexta e sábado era trabalhando, os três dias. E eu disse, era uma bolsa e outra, de outra professora. Era gente bem articulada. E a gente fazia essa gincana. O hino que tinha na cartilha, o hino de Areia, a gente ressuscitou, a gente que trouxe de volta, os vereadores foram obrigados a saber do hino, uma das provas era trazer um vereador que cantasse o hino. As provas eram, eu ainda tinha muita receita, comidas brejeiras, coisas feitas com cachaça, com banana, rapadura, com macaxeira. Então as escolas ganhavam quem fazia esse livrinho com essas receitas. Os idosos, valorização dos idosos. Os idosos fizeram cachecolinhos pra ser usado nas provas. Aí cada bimestre a gente montava o palco, com tanta criança, ai que loucura.. a gente pagava comida pra esse povo todinho. Eu não tinha noção de quantidade, eu ia alugar um lugar que igreja cedeu pra gente. A gente arranjou gente pra cozinhar.

No entanto, como afirma Cousin (2010), ainda que bens patrimonializados tenham vínculo com a identidade coletiva, revelam ações de disputa sobre o que deve ou não ser valorizado, transparecendo interesses e capitais sociais e políticos envolvidos. Em uma análise sociológica, da mesma forma o turismo pode ser entendido como um reflexo do espaço social e das posições dos agentes e grupos que o constituem (Bourdieu, 2013), Neste estado inserida em processos de negociação, conflitos e disputas, afirma Perez (2009, p.16):

Na construção de lugares turísticos, toda uma superestrutura ideológica se expressa em diversos elementos como narrativas, imagens, literatura de viagens, brochuras e patrimônio cultural, os quais condensam versões das identidades que não estão isentas de tensões, conflitos e negociações - um terreno de luta simbólica. Deste modo, podemos afirmar que o turismo funciona como um aparato de afirmação política, originando políticas de representação que utilizam e manipulam símbolos com o objectivo de reforçar os modelos de dominação e controlo políticos [...] e que, inevitavelmente, expressam e defendem sempre os interesses de alguns apenas.

Em Areia, o movimento de representação construído por meio de patrimônio tem se voltado para valorização da história da elite local. No caso do Casarão Solar José Rufino, o imóvel foi construído por um proprietário de terras, que mesmo oriundo de uma classe popular, fez e acumulou fortuna em Areia, tornou-se membro da elite econômica e política, a ponto de interferir no desenvolvimento urbano do município. O bem cultural e turístico presta homenagem a um de seus herdeiros, José Rufino, seu bisneto. Na visita

realizada no Casarão são demonstrados muitos elementos de preservação e aspectos arquitetura colonial da propriedade, enquanto discorre sobre a biografia de Francisco Jorge Torres e José Rufino de maneira bastante positiva. Sobre o ofício de Francisco Jorge Torres, no piso inferior, na antessala, são expostos alguns protótipos referentes à produção e beneficiamento de algodão, como uma prensa, uma máquina de fiar e um modelo de bolandeira, onde o guia explica todo o processo de funcionamento e a importância da cultura algodoeira- bem como de Francisco Jorge- para a urbanização de Areia. Sobre sua atuação escravocrata e sobre a presença de quartos destinados a homens e mulheres escravizados no Casarão, o guia comenta, numa clara tentativa de amenizar o caráter inaceitável da escravização de pessoas negras:

A senzala geralmente trata-se de um lugarzinho baixo, insalubre, essa aqui é alta, aqui é como se fosse uma senzala vip, quartos pequenos, ladrilhadas, parte de cima o assoalho é de madeira, quase dentro da casa grande. Ele tinha muitos escravos, mas esse engenho de Alagoa Grande fica a quase 15 quilômetros da cidade. O cortume, uns 30 quilômetros, a outra era essa. Não tinha como os escravos trabalharem o dia e virem aqui dormir. Essa senzala tinha uma finalidade específica. A negra quando estava com nove meses de buchu, ele trazia para cá. Ela chegava quase como parturiente e era auxiliada por outras negras mais experiente. O menino era entregue para outras negras chamadas mãe de leite. E depois de quatro ou cinco dias de resguardo voltava para o engenho para trabalhar e engravidar de novo. É como se ele tivesse uma produção de escravo. Na época, houve uma dificuldade de chegar escravo no Nordeste, o escravo ficou mais caro. No século XVIII, foi um período que um terço da população de escravo desceu de Salvador, de Recife, do Rio de Janeiro para Minas Gerais a procura de ouro. Então houve um colapso no fornecimento de escravo, desde a África, até aqui no Brasil. Aqui dentro ele ficou muito caro. Lá no garimpo chegou a custar 1, 5 quilos de ouro [...].

José Rufino, principal benfeitor do casarão é apresentado como “um senhor de engenho, visionário e sujeito ligado a cultura”. Na sala do piso superior existe um painel onde se expõe fotografias de personalidades consideradas importantes para o município. Alguns membros da família Almeida, descendentes diretos de Jorge Torres, estão nesta galeria. Além de José Rufino, estão presentes seus irmão, Horário de Almeida e José Américo de Almeida, pintor, escritor e intelectual de renome nacional e Pedro Augusto de Almeida, senhor de engenho. Sobre a família, o guia comenta:

E o Horácio de Almeida era advogado, jornalista, escritor, historiador, tem vários livros de história, tem dois livros de história sobre a história da Paraíba. O volume 1 e 2 que ainda hoje se procura pra estudar a história da Paraíba, ele é referência. Então essa família tem essas características. O Horácio de Almeida, ele tinha dois filhos, um chamava-se Luís, o outro chamava-se Átila, todos dois professores da universidade federal em Campina Grande. O Átila quando morreu deixou uma biblioteca com 38 mil volumes, inclusive, o Estado adquiriu essa biblioteca. E o Pedro de Augusto de Almeida, ele tem um filho que em João Pessoa é um médico, dono de uma rede de laboratório que chama-se Dr. Maurílio de Almeida, historiador, poeta, é um homem de conhecimento intelectual. Então é uma característica deles. José Rufino, ele não tinha o primário completo, mas era autodidata.

Sobre a construção dos sobrados, atualmente preservados pelas normativas do tombamento, é mencionado que são fruto da ocupação da antiga elite agrária, que apesar de ter como moradia as casas grandes dos engenhos, construíam uma segunda residência “na rua”, como forma de acompanhar festas religiosas ou servirem de moradia para os membros mais jovens da família que iam estudar na cidade. Uma residência deste tipo era símbolo do status social. Status social que parece ser alvo da valorização local em cena, apagando do discurso a escravidão local, as lutas sociais e os efeitos das plantations na produção e reprodução de desigualdades sociais marcadas pela raça e pela classe.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Neste trabalho procurou-se demonstrar como a promoção da cidade de Areia/PB via turismo tem estado atada a um processo de valorização simbólica do município, que tem como uma das características o emprego de ações de valorização patrimonial e fomento a locais de preservação da memória. Antes de tudo, considera-se que a inserção no turismo pelos grupos e indivíduos depende de um conjunto de circunstâncias, ditadas por um conjunto específico de capitais, sejam eles econômicos, políticos os sociais (Bourdieu, 2013). No caso do turismo em Areia, a atuação no ramo depende da capacidade de acesso em um conjunto de políticas públicas, capazes de impulsionar determinados projetos turísticos, sendo os casos bem mais sucedidos, os engenhos produtores de cachaça artesanal, roteiros turísticos realizados nestes engenhos e o tombamento do conjunto urbano de Areia.

Além disso, o discurso turístico parece se esforçar no sentido de criar um conjunto de imagens do meio rural, onde observa-se o uso de conceitos de

relacionados à tradição, o artesanal e a ideia de “retorno ao passado”, o que o diferencia do turismo de sol e mar, praticado litoral. Além disso, a comercialização como destino turístico se tem apresentado com forte vínculo às personalidades históricas, artísticas e a arquitetura colonial, preservada por meio da patrimonialização. É neste contexto que a evolução do turismo em Areia parece ser um processo dirigido por um seletivo grupo, que empreenderam ações para transformar alguns bens culturais em atrativos turísticos. No caso, do Casarão José Rufino, o espaço tem forte ligação com a elite agrária, antigos senhores de engenho que deram origem à burguesia econômica, intelectual e artística do município.

Consideramos que a eleição destes bens está inserida em processos de negociação o que nem sempre condizem com as representações de outros grupos detém dos mesmos momentos históricos, afinal as visões variam conforme a posição, dominada ou dominante, ocupada. Em Areia, como demonstramos também em outro artigo (Ramiro; Oliveira; Kamada, 2023), tem-se priorizado a atuação da elite na formação do espaço e a despeito da interferência deste grupo, verifica-se que a visão das classes populares é superficialmente abordada, com pouca menção ao papel da escravidão e da classe de camponeses na construção do município.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMAR, Associação dos Amigos de Areia. **Estatuto Social da AMAR**. Areia, PB, 2001.

ALMEIDA, Horácio. **Brejo de Areia**. João Pessoa, PB: Editora Universitária UFPB, 1980.

ALMEIDA, Antonio Augusto. **José Rufino**. Mamanguape, PB: Davina, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, 27, p. 133-144, 2013.

COUSIN, Saskia. **Les miroirs du tourisme**. Ethnographie de la Touraine du Sud. Paris: Descartes & Cie, 2010.

GARCIA, Afrânio. **O Sul: caminho do roçado**. SP, Brasília: MCT, CNPq, 1989.

GARCIA PARPET, Marie ; RAMIRO, Patricia Alves (2018) La “cachaça” : boisson d’esclave ou boisson d’élite? Reconversions de ‘senhores de engenho ‘

do Brejo de l'Etat de Paraíba au Brésil. **Psihologia Sociala** Polirom., n 42 (II), 75-92, 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva** (2ªed.). São Paulo: Centauro, 2013

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê Francisco Jorge Torres e a localidade de Areia/PB no século XIX**. Areia/PB, 2023.

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria Nº 297, de 04 de outubro de 2010, 2010**. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_297_de_04_de_outubro_de_2010.pdf Acesso: 17.set.2023

MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. **Areia - Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano (séculos XVIII, XIX e XX)**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993,

OLIVEIRA, Josileine. Ribeiro. Desenvolvimento do turismo no espaço rural como estratégia de reconversão no Brejo paraibano. Pasos. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural** (19)n° 3, p. 495-508, 2021.

PÉREZ, Xerardo. **Turismo cultural: uma visão antropológica**. Espanha: Colección Pasos Edita, 2009.

PALMEIRA, Moacir G. S. **Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional**. In: WELCH, C. A. et al. (orgs.). **Camponeses brasileiros**. São Paulo: Editora UNESP/NEAD, 2009. p. 203-215.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio." **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, n° 3, p. 3-15, 1989.

RAMIRO, Patrícia (Org.). **Antropologia e turismo: coletânea franco-brasileira**. João. Pessoa: Editora UFPB, 2019.

RAMIRO, Patrícia; OLIVEIRA, Josilene; KAMADA, Denise. "Patrimonialización y turismo: prácticas de valorización simbólica del espacio rural del nordeste del Brasil". **Revista De Prácticas y Discursos Cuadernos de Ciencias Sociales**.v. 11 n°19, 2023.

SIGAUD, Lygia. (1979). **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo, SP: Livraria Duas Cidades, 1979.

SOFFIATI, Catherine. **Modernização da agroindústria açucareira na Paraíba**: o caso da Usina Santa Maria. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA. **Recuperação e Revitalização do Sobrado/Casarão Solar José Rufino**, Areia/PB, 2007.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

JUSTIFICATIVA:

A pesquisa, assim como os dados de campo, encontram-se em andamento

FINANCIAMENTO:

Denise Mayme Kamada possui bolsa de doutorado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ).

Esse artigo faz parte de projeto mais amplo de pesquisa intitulado “Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI”, coordenado por Patrícia Alves Ramiro e é realizado com o apoio financeiro da Fundação de Apoio à pesquisa do estado da Paraíba/FAPESQ (Edital nº09/2021- Demanda Universal) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ CNPq (Chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/2021- Universal e da Chamada 09/2022).

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS:

Denise Mayme Kamada: conceitualização; pesquisa de campo, análise formal, redação. Patrícia A. Ramiro: conceitualização; pesquisa de campo, e revisão final da redação.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

As autoras declaram não haver conflitos de interesse.

MINIBIOGRAFIAS DAS AUTORAS DO PAPER

Denise Mayme Kamada é bacharel em Turismo pela Universidade Estadual Paulista, possui mestrado em Sociologia pela Universidade da Grande Dourados e é doutoranda do programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. Integra o grupo de pesquisa “Identidade e Me-

mórias das Classes Populares Rurais e Urbanas” e o projeto “Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI”.

Patrícia A. Ramiro é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, nível 2. Doutora em Sociologia pela UFSCar, possui pós-doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS). É líder do grupo de pesquisa CNPq “Identidade e Memórias das Classes Populares Rurais e Urbanas”.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.